

14 de março

**DIA**

**INTERNACIONAL**

**DE LUTA**

**CONTRA AS  
BARRAGENS,**

**PELOS RIOS,**

**PELA ÁGUA E**

**PELA VIDA**



**Brasil**

**ÁGUAS PARA VIDA  
NÃO PARA MORTE!**

O próximo período será de muitas mobilizações e queremos contar com o apoio e envolvimento de cada um e cada uma, desde as reuniões até as lutas.

O 14 de março é a data que os atingidos comemoram o Dia Internacional de luta contra as barragens, pelos rios, pela água e pela vida. Neste período, milhares de atingidos se mobilizarão em vários países do mundo. No Brasil, o MAB realizará grandes mobilizações.

Estaremos nas ruas para defender e cobrar nossos direitos, impedir barragens, combater privatizações, diminuir as tarifas de energia e conquistar políticas públicas para produção de alimentos saudáveis e energia.





# CRISE DO CAPITAL = MAIS EXPLORAÇÃO

Nestes últimos anos, muitos países do mundo entraram em crise. Isso quer dizer que as empresas e os bancos estavam tendo um pouco menos de lucro.

Para recuperar o lucro, os mais ricos estão querendo fazer com que o povo pague a conta,

aumentando a exploração sobre a população (retirando direitos, diminuindo salários, demitindo trabalhadores, obrigando os trabalhadores trabalhar mais, aumentando os preços das mercadorias, terceirizando os trabalhos) e se apropriando dos melhores recursos naturais (água, energia, terra e minérios).

## PRIVATIZAÇÃO NÃO É SOLUÇÃO

Na energia, grande parte das usinas e das distribuidoras foram privatizadas. A energia foi transformada em mercadoria para gerar muito lucro aos empresários. Com isso, o preço da luz se transformou num roubo. Os trabalhadores pagam uma das tarifas mais caras do mundo, enquanto as grandes empresas recebem energia subsidiada.

Com as privatizações, a qualidade do serviço piorou, a vida da população ficou em risco, houve retrocessos nos direitos sociais e questões ambientais. Milhares de trabalhadores do setor elétrico foram demitidos, outros foram terceirizados e os direitos dos atingidos são negados e as famílias mal indenizadas, ocorrendo constantes violações dos direitos humanos nas barragens.

Por outro lado, os empresários que se beneficiaram com as privatizações agora estão querendo privatizar o resto das empresas públicas. Querem se apropriar das usinas, linhas de transmissão e distribuidoras que ainda são públicas. Este patrimônio corre o risco de ir a leilão e ser privatizado. Seria uma grande perda para o povo brasileiro!



## PRECISAMOS LUTAR JUNTOS!

Há muitas barragens planejadas para os próximos anos. Belo Monte jamais deveria ser construída, assim como tantas outras. Precisamos lutar para impedi-las, pois se forem construídas, poderemos ter milhares de novos atingidos.

A única forma de o povo vencer as injustiças e derrotar aqueles que nos exploram e violam nossos direitos é através da nossa pressão popular. Precisamos muita organização, união e luta.

Por isso, a verdadeira solução dos nossos problemas nunca virá pelo lado das empresas e nem dos governos. As respostas para as reivindicações e os interesses dos trabalhadores, dos atingidos e de todo povo brasileiro terão que ser fruto da força e pressão do próprio povo. Esta é a verdadeira saída.



# A POLÍTICA DE DIREITOS DOS ATINGIDOS DEVE SER DE RESPONSABILIDADE DO GOVERNO FEDERAL

As barragens que já estão concluídas deixaram uma enorme dívida social. Milhares de famílias foram expulsas, ficaram sem terra, sem casa, sem trabalho e sem renda. O próprio presidente Lula reconheceu que existe uma enorme dívida com os atingidos. Essa dívida precisa ser paga urgentemente!



O relatório da Comissão Especial “Atingidos por Barragens”, aprovado pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (novembro de 2010) no âmbito do Governo federal comprovou que os atingidos tem sido vítimas. Dezesseis direitos humanos tem sido negados constantemente. Construir barragens no Brasil significa um “padrão de violação dos direitos humanos dos atingidos por barragens”.

Além de Lula, em abril de 2011, a presidenta Dilma, voltou a afirmar que existe esta dívida. “Não vou fazer demagogia fácil de dizer que atenderemos tudo, mas farei a promessa de que escutarei a todos e farei o possível para atender quase 100%.”

## Em resumo:

- Não há uma política de direito dos atingidos;
- Não há um fundo com dinheiro para atender as demandas;
- Não há um órgão estatal responsável por implementar as reparações aos atingidos por barragens.

**A questão social e ambiental não pode ser negócio das empresas. A responsabilidade sobre o tratamento deve ser do Estado brasileiro e do Governo Federal.**

O Estado brasileiro tem a função de planejar e coordenar toda política energética e financia até 80% das obras com dinheiro público do BNDES. É o Estado quem garante o “equilíbrio econômico e financeiro” das empresas de energia, ou seja, o governo é o responsável por garantir que todas as empresas de energia tenham altos lucros todos os anos.

Então, também deveria ser responsável pelo “equilíbrio social e ambiental” nas barragens. Ou seja, responsável por garantir os direitos da população atingida pelas barragens, de forma plena e integral. Um estudo recente feito pelo MAB apresentado ao Governo demonstra que nos últimos anos houve um retrocesso no tratamento dos direitos das populações atingidas. Um crime e violação contra milhares de atingidos.

Portanto o que o presidente Lula e a presidenta Dilma disseram não se concretiza porque o Estado brasileiro não cria as condições para viabilizar as reivindicações dos atingidos.

**É chegada a hora de nós, atingidos, cobrarmos todos os nossos direitos.**





# **PARA CADA PROBLEMA UMA PAUTA, PARA CADA PAUTA UMA LUTA!**

Os principais pontos da pauta de reivindicações dos atingidos por barragens apresentada para o governo federal se resume em:

## **1. PELOS DIREITOS DOS ATINGIDOS**

a) Que seja criada uma política adequada de reparação das perdas e prejuízos da população atingida, definindo regras e critérios no tratamento social nas barragens:

- Nesta política deve estar reconhecido o direito à informação e à participação, além do direito que as populações atingidas têm de decidir sobre a construção da obra, ou seja, temos direito de dizer não!



Marco do antigo eixo da barragem de Machadinho/RS, símbolo de resistência dos atingidos

• Esta política deve garantir os direitos básicos da população atingida pelas obras, para homens e mulheres em condições de igualdade, prioritariamente o direito ao reassentamento padrão a toda população atingida, em terras de boa qualidade e quantidade

(um módulo rural para cada pessoa da família maior de 18 anos), moradias, assistência técnica, créditos, verba de manutenção, infraestruturas adequadas de água, luz, escolas, igrejas, salão comunitário, estradas, quadras de esportes, sala de informática, etc.

- A criação e implantação de um programa nacional de recuperação e desenvolvimento econômico e social das populações atingida, envolvendo comunidades, bairros e municípios atingidos, garantindo distribuição de terra e condições de produção de alimentos saudáveis, geração de renda e infraestrutura.

b) Que se estabeleça um fundo para os atingidos por barragens com aporte de recursos para atender toda a política de reparação e a pauta dos direitos dos atingidos. Entre outras demandas, este fundo deve:

- Garantir o financiamento dos planos populares de recuperação e desenvolvimento econômico e social;
- Pagar imediatamente a dívida social deixada pelas barragens já construídas, começando pelo reassentamento das 12 mil famílias cadastradas no Inkra.

c) Propomos que, de imediato, seja criado um órgão ligado ao sistema ELETROBRÁS responsável para tratar, cuidar e implementar a política de reparação e tratamento das populações atingidas, com ampla participação dos atingidos.

## **2. NÃO ÀS BARRAGENS**

- Neste momento seguimos lutando contra a construção de Belo Monte e também de outras barragens socialmente injustas e ambientalmente irresponsáveis.

## **3. NÃO À PRIVATIZAÇÃO DA ENERGIA E DA ÁGUA**



- Lutar pela renovação das concessões do setor elétrico e não deixar que privatizem o que ainda é estatal. Reivindicamos que toda esta energia elétrica (140 TWh/ano) seja destinada aos consumidores residenciais brasileiros para baixar o preço da luz.
- Lutar contra a privatização da água, em todas as suas formas, fazendo as mudanças legais necessárias e garantindo para os municípios e estados os financiamentos necessários para garantir que a água continue sendo um direito humano, coordenado pelo Estado e sob controle popular.



## **4. O PREÇO DA LUZ É UM ROUBO**

- Reivindicamos mudanças na política energética para baixar as tarifas para todas residências brasileiras.

Pegue sua bandeira e participe das mobilizações do 14 de Março! Nossos direitos só a luta faz valer!

**ÁGUA E ENERGIA  
NÃO SÃO MERCADORIAS!**